

NOTA INFORMATIVA

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS GESTORES MUNICIPAIS PARA CUSTEIO DE AÇÕES E SERVIÇOS EM SAÚDE

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Alagoas– COSEMS vêm a público informar as dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais para custeio de ações e serviços em saúde em Alagoas.

O COSEMS defende uma gestão eficiente, a melhor utilização dos recursos públicos e a adoção de boas práticas de governança. Adicionalmente, a necessidade de busca de novas fontes de financiamento, bem como o respeito ao pacto federativo que permita a autonomia dos municípios. O COSEMS entende que o SUS precisa ser financiado adequadamente para poder cumprir os preceitos constitucionais previstos, garantindo o direito à saúde de toda população, sobretudo em momentos de crise econômica.

Diante do panorama atual, com uma crise econômica brutal que acarreta uma queda acentuada das suas receitas, os municípios têm mantido seus investimentos em saúde, alocando recursos superiores às suas obrigações constitucionais. Isto, entretanto não tem sido suficiente tendo em vista a retração de recursos federais e o pouco crescimento da participação estadual. Este quadro é extremamente preocupante na medida em que compromete a atenção à saúde da população e o equilíbrio financeiro dos municípios alagoanos.

Neste momento a situação se agrava tendo em vista o atraso nos repasses financeiros para os municípios de diversos programas e atividades por parte da Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas (SESAU). Estes repasses são decorrentes de pactuações realizadas entre o estado e os municípios visando ampliar a oferta de serviços e fortalecer a assistência à população. Dentre estes figuram programas voltados para cirurgias eletivas, cirurgias especializadas, atenção ao câncer, vigilância em saúde, assistência farmacêutica, manutenção das bases do SAMU entre outros (Quadro 1).

Estes atrasos acarretam prejuízos à atenção à saúde da população, tais como:

1- Precariedade e/ou paralisação das atividades do SAMU por dificuldades na manutenção das bases descentralizadas e conserto de ambulâncias, onde boa parte destes veículos estão inoperantes ou sucateadas. Isto decorre do não cumprimento da Resolução da Comissão Intergestores Bipartite nº 105, de 05 de dezembro de 2011, que define as responsabilidades estaduais e municipais para repasses financeiros de custeio das bases descentralizadas do Serviço de Atendimento Móvel (SAMU). A última transferência aos municípios foi realizada em abril de 2016 (Anexo 1 - Resolução CIB nº 105, de 05 de dezembro de 2011).

2- Aprofundamento do desfinanciamento da Atenção Básica com extinção unilateral do PROSAÚDE (incorporado ao INVIG) e corte de 30% de seu valor (cerca de R\$ 3.500.00,00). Isto tem implicações concretas na qualidade da atenção básica, prioritária para a melhoria do sistema de saúde. (Anexo 2).

3- Agravamento do estado de saúde de pacientes pela falta da oferta de aproximadamente 30 (trinta) itens de medicamentos pelo Componente Especializado de Assistência Farmacêutica – CEAF (Anexo 3).

4- Sofrimento para as famílias com pacientes idosos considerando a descontinuidade da SESAU no fornecimento de fraldas geriátricas descartáveis, em descumprimento da Ação Civil Pública nº 0003240-57.2012.4.05.8000 que determina o fornecimento gratuito aos usuários do SUS de acordo com critérios médicos.

5- Agravamento do estado da saúde de pacientes tendo em vista a irregularidade do acesso ao Tratamento Fora de Domicílio Interestadual – TFD pelo não fornecimento de passagens e diárias aos usuários do SUS, ponto recorrente de discussões nas Comissões Intergestores Regionais/CIR e CIB, além de divulgação na mídia (TV, Jornal impresso);

6- Dificuldade para os pacientes diabéticos pela interrupção no fornecimento de tiras testes e lancetas para verificação de glicemia pelo não cumprimento da Resolução CIB nº 81, de 11 de outubro de 2013 (Anexo 4), que garante que o Estado invista recurso referente a R\$ 0,50 (cinquenta centavos) per capita/ano, para aquisição de tiras e lancetas destinadas aos pacientes portadores de Diabetes Mellitus. Mediante a não distribuição dos referidos insumos no corrente ano, foi pactuada na CIB o repasse para os municípios deste recurso, que se encontra atrasado desde abril de 2016, totalizando R\$ 398.559,87 até o momento.

7- Situação cotidiana de caos na atenção ao recém-nascido pelo não funcionamento, na sua totalidade, dos 52 leitos UTI/UCI Neonatal da Maternidade Escola Santa Mônica, dificultando o acesso das gestantes ao atendimento da referência de alto risco. A Maternidade Escola Santa Mônica está funcionando com apenas 26 leitos, devido a deficiência no quadro de profissionais. O MPF, em reunião com a SESAU no dia 19 de fevereiro do corrente ano, recomendou a tomada de providências para a implantação dos leitos restantes no prazo máximo de 90 dias, inclusive com a convocação de reserva técnica. Ressaltamos que o prazo acordado com MPF já expirou e a SESAU juntamente com a Uncisal ainda não atendeu à determinação (Anexo 5 – Ata da reunião com MPF).

8- Redução do número de cirurgias eletivas, majoritariamente realizadas por prestadores privados, que devido ao atraso de repasse dos Pro especialidades tem suspenso atendimento a esta demanda.

9- Possibilidade de suspensão da oferta dos serviços de oncologia em Arapiraca devido ao atraso no repasse de recursos complementares ao teto daquele município. Os dois serviços de Arapiraca atendem a toda a população da II Macrorregião (46 municípios).



10- Aumento crescente do número de ações judiciais, onerando ainda mais os municípios, para garantia do direito à saúde de sua população.

Considerando o risco dos secretários municipais de saúde incorrerem no crime de improbidade administrativa por não cumprimento das responsabilidades municipais diante das dificuldades financeiras atuais (Impossibilidade de fechamento de contas), decorrente do atraso nos repasses pela SESAU.

Considerando que a maioria dos municípios alagoanos (96,1%), declararam em 2015, terem aplicado em média acima do mínimo recomendado pela Lei Complementar 141/2012 (15%), para garantir as ações e serviços de saúde em seu município (Quadros 2 e 3). Ressaltamos que o Estado investiu em 2015, 0,95 % acima do valor mínimo de 12% (Quadro 4), enquanto que 41 municípios alagoanos investiram em média 5,51% acima do mínimo recomendado.



Diante das considerações supracitadas, os municípios alagoanos, por intermédio do COSEMS, em assembleia realizada no dia 22/08/16, resolveu tornar público esta situação e buscar o apoio de instituições que possam interceder para um rápido equacionamento deste quadro, permitindo um pouco mais de tranquilidade para a atenção à saúde da população de Alagoas

Maceió, 29 de Agosto de 2016

Quadro 1. Demonstrativo dos atrasos financeiros dos incentivos estaduais em 2016.

2016								
REPASSES ESTADUAIS 2016	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	SUB-TOTAL
SAMU						R\$ 381.815,00	R\$ 381.815,00	R\$ 741.818,12
PRO HOSP						R\$ 2.536.413,46	R\$ 2.536.413,46	R\$ 5.072.826,92
PROMATER						R\$ 308.396,08	R\$ 308.396,08	R\$ 616.792,16
PROVIDA						R\$ 931.703,36	R\$ 931.703,36	R\$ 1.863.406,72
PRO SAÚDE				R\$ 931.000,00	R\$ 931.000,00	R\$ 931.000,00	R\$ 931.000,00	R\$ 3.724.000,00
FARMÁCIA BÁSICA + TIRAS E LANCETAS	R\$ 560.180,26	R\$ 560.180,26		R\$ 560.180,26	R\$ 560.180,26	R\$ 560.180,26	R\$ 560.180,26	R\$ 3.361.081,59
FRALDAS GERIÁTRICAS	*	*	*		*	*	*	*
INVIG - REPASSE MENSAL	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	*	*
INVIG - REPASSE BIMESTRAL	1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		*	*
TFD - AJUDA DE CUSTO							*	*
TFD - TRANSPORTE						*	*	*
						TOTAL REPRESADO APROXIMADO		R\$ 15.379.925,51

Fonte: PORTAL DA TRANSPAÊNCIA ALAGOAS , DADOS RETIRADOS EM 26/08/2016

 PAGOS/DISTRIBUIDOS
 ATRASADOS

Quadro 2. Aplicação de recursos declarados em ações e serviços em saúde, Alagoas, 2015.

FINANCIAMENTO SAÚDE ALAGOAS, LC 141/2012	Nº DE MUNICÍPIOS	% PARTICIPAÇÃO
0 a 14,99%	0	0%
15 a 24,99%	93	90,32%
Acima de 25%	9	9,68%
Total	102	100%

Fonte: SIOPS, 2015 (pesquisa feita em:16/08/2016)

Quadro 3. Aplicação de recursos declarados em ações e serviços em saúde, Região de Saúde, Alagoas, 2015.

1ªRS	MUNICÍPIO	2015%	ACIMA DE 15%
1	270050-Barra de Santo Antônio	15,28%	0,28%
1	270060-Barra de São Miguel	21,86%	6,86%
1	270220-Coqueiro Seco	16,06%	1,06%
1	270280-Flexeiras	18,12%	3,12%
1	270430-Maceió	23,03%	8,03%
1	270470-Marechal Deodoro	17,03%	2,03%
1	270520-Messias	16,02%	1,02%
1	270644-Paripueira	21,28%	6,28%
1	270690-Pilar	18,88%	3,88%
1	270770-Rio Largo	17,01%	2,01%
1	270790-Santa Luzia do Norte	22,94%	7,94%
1	270890-Satuba	15,04%	0,04%

2ªRS	Município	2015/6º	Acima de 15%
2	270350-Jacuípe	16,14%	1,14%
2	270360-Japaratinga	18,36%	3,36%
2	270450-Maragogi	15,00%	0,00%
2	270510-Matriz de Camaragibe	25,00%	10,00%
2	270650-Passo de Camaragibe	15,33%	0,33%
2	270730-Porto Calvo	15,08%	0,08%
2	270740-Porto de Pedras	15,41%	0,41%
2	270850-São Luís do Quitunde	19,56%	4,56%
2	270870-São Miguel dos Milagres	18,02%	3,02%
3ªRS	Município	2015	Acima de 15%
3	270110-Branquinha	21,92%	6,92%
3	270135-Campestre	15,67%	0,67%
3	270210-Colônia Leopoldina	15,77%	0,77%
3	270300-Ibateguara	16,40%	1,40%
3	270380-Joaquim Gomes	17,85%	2,85%
3	270390-Jundiá	15,10%	0,10%
3	270550-Murici	19,85%	4,85%
3	270560-Novo Lino	17,01%	2,01%
3	270810-Santana do Mundaú	15,38%	0,38%
3	270830-São José da Laje	19,39%	4,39%
3	270930-União dos Palmares	18,54%	3,54%
4ªRS	Município	2015	Acima de 15%

4	270040-Atalaia	17,39%	2,39%
4	270130-Cajueiro	21,65%	6,65%
4	270170-Capela	16,70%	1,70%
4	270190-Chã Preta	16,68%	1,68%
4	270490-Mar Vermelho	16,10%	1,10%
4	270660-Paulo Jacinto	16,61%	1,61%
4	270700-Pindoba	17,62%	2,62%
4	270760-Quebrangulo	16,84%	1,84%
4	270940-Viçosa	16,22%	1,22%
5ªRS	Município	2015	Acima de 15%
5	270020-Anadia	15,67%	0,67%
5	270100-Boca da Mata	19,87%	4,87%
5	270140-Campo Alegre	20,51%	5,51%
5	270400-Junqueiro	17,11%	2,11%
5	270780-Roteiro	17,07%	2,07%
5	270860-São Miguel dos Campos	17,69%	2,69%
5	270915-Teotônio Vilela	23,13%	8,13%
6ªRS	Município	2015	Acima de 15%
6	270230-Coruripe	28,37%	13,37%
6	270270-Feliz Deserto	15,00%	0,00%
6	270320-Igreja Nova	21,16%	6,16%
6	270375-Jequiá da Praia	16,82%	1,82%
6	270670-Penedo	20,13%	5,13%
6	270680-Piaçabuçu	17,48%	2,48%

6	270750-Porto Real do Colégio	18,35%	3,35%
6	270820-São Brás	18,44%	3,44%
7ªRS	Município	2015	Acima de 15%
7	270030-Arapiraca	34,99%	19,99%
7	270070-Batalha	17,29%	2,29%
7	270090-Belo Monte	15,83%	0,83%
7	270150-Campo Grande	20,51%	5,51%
7	270200-Coité do Nóia	15,85%	0,85%
7	270235-Craibas	26,07%	11,07%
7	270260-Feira Grande	21,16%	6,16%
7	270290-Girau do Ponciano	22,89%	7,89%
7	270340-Jacaré dos Homens	17,03%	2,03%
7	270370-Jaramataia	16,97%	1,97%
7	270410-Lagoa da Canoa	18,64%	3,64%
7	270420-Limoeiro de Anadia	16,14%	1,14%
7	270440-Major Isidoro	25,23%	10,23%
7	270590-Olho d'Água Grande	16,04%	1,04%
7	270880-São Sebastião	17,25%	2,25%
7	270910-Taquarana	19,97%	4,97%
7	270920-Traipu	16,98%	1,98%
8ª RS	Município	2015/6º	Acima de 15%
8	270080-Belém	19,34%	4,34%
8	270120-Cacimbinhas	18,39%	3,39%
8	270255-Estrela de Alagoas	15,00%	0,00%

8	270310-Igaci	30,48%	15,48%
8	270480-Maribondo	16,11%	1,11%
8	270530-Minador do Negrão	17,15%	2,15%
8	270630-Palmeira dos Índios	25,90%	10,90%
8	270900-Tanque d'Arca	15,65%	0,65%
9ª RS	Município	2015/6º	Acima de 15%
9	270160-Canapi	15,02%	0,02%
9	270180-Carneiros	15,25%	0,25%
9	270250-Dois Riachos	17,07%	2,07%
9	270460-Maravilha	15,46%	0,46%
9	270540-Monteirópolis	15,50%	0,50%
9	270570-Olho d'Água das Flores	25,81%	10,81%
9	270600-Olivença	17,70%	2,70%
9	270610-Ouro Branco	20,37%	5,37%
9	270620-Palestina	16,23%	1,23%
9	270640-Pão de Açúcar	20,25%	5,25%
9	270720-Poço das Trincheiras	16,93%	1,93%
9	270800-Santana do Ipanema	25,00%	10,00%
9	270840-São José da Tapera	20,39%	5,39%
9	270895-Senador Rui Palmeira	15,00%	0,00%
10ª RS	Município	2015/6º	Acima de 15%
10	270240-Delmiro Gouveia	20,21%	5,21%
10	270330-Inhapi	15,15%	0,15%
10	270500-Mata Grande	17,73%	2,73%

10	270580-Olho d'Água do Casado	15,58%	0,58%
10	270642-Pariconha	15,49%	0,49%
10	270710-Piranhas	15,02%	0,02%
10	270010-Água Branca	15,88%	0,88%

Fonte: SIOPS, 2015 (pesquisa feita em:16/08/2016)

Quadro 4. Aplicação de recursos estaduais em ações e serviços em saúde, Alagoas, 2009-2015.

Ano	% Recursos Próprios em Saúde LC 141 (mínimo 12%)	ACIMA DE 12%
2009	12,12	0,12
2010	12,34	0,34
2011	11,93	-0,07
2012	12,06	0,06
2013	12,11	0,11
2014	12,06	0,06
2015	12,95	0,95

Fonte: SIOPS, 2009 a 2015 (pesquisa feita em:17/08/2016)

Diante das considerações supracitadas, a diretoria do COSEMS resolve,

- ✓ Promover reuniões com Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça de Alagoas, Tribunal de Contas Estadual, Tribunal de Contas da União e Conselho Estadual de Saúde, Defensoria Pública Estadual.

Maceió, 29 de Agosto de 2016